

O presidente é um rei? O Supremo Tribunal Federal dos EUA pensa que sim

Is the president a king? The BR supreme court thinks so. On Monday, in its very last ruling of the term, the chief justice, John Roberts, writing for the court's six conservatives, holdiu **sitedeaposta** Trump v United States que Donald Trump tem "imunidade absoluta" de processo criminal por todos os atos que possam ser interpretados como parte do curso oficial de suas "funções centrais", e "imunidade presumida" para todos os outros atos oficiais.

A movimentação dramaticamente estende a autoridade executiva, isenta antigos e futuros presidentes de processo por ações ilegais ou mesmo traiçoeiras que eles carregam enquanto estão no cargo e torna o ex-presidente amplamente imune a processos criminais por seu papel na insurreição de 6 de janeiro.

O tribunal disse que Trump não pode ser acusado por algumas de suas "ações oficiais" no lead-up ao motim, incluindo seus esforços para pressionar Mike Pence e seus esforços para militarizar o departamento de justiça para forçar alguns estados a reverter seus resultados eleitorais. Grande parte do caso criminal de Jack Smith contra Trump foi assim anulado.

O que resta da perseguição de 6 de janeiro agora será remetido a um tribunal inferior, que será incumbido de determinar quais acusações, se houver, podem prosseguir contra Trump sob a nova visão sem precedentes da imunidade executiva do tribunal. Esse julgamento, se algum dia acontecer, não terá lugar até muito depois das eleições de novembro deste ano e agora provavelmente não poderá abordar a maioria dos esforços de Trump para ajudar **sitedeaposta** tentativas de golpe judicial ou violento.

A estatura de criminoso e trapaceiro de Richard Nixon foi uma vez resumida recontando **sitedeaposta** declaração sinistra: "Bem, quando o presidente o faz, isso significa que não é ilegal". O tribunal agora transformou essa absurdez vulgar **sitedeaposta** lei.

É difícil superestimar o golpe que essa decisão dará à integridade de nosso sistema democrático de governo, ou a profundidade de **sitedeaposta** ofensa aos princípios da separação de poderes e do Estado de Direito. Em uma decisão emitida **sitedeaposta** linhas fortemente partidárias, os conservadores do tribunal elevaram o presidente a uma posição que nenhuma pessoa pode ocupar **sitedeaposta** uma república: uma com um amplo direito de cometer atos criminosos para o próprio interesse selvagem, sem nenhum medo de repercussões legais criminais. A lei criminal não se aplica mais ao presidente; enquanto ocupar o cargo, ele existe **sitedeaposta** um estado de imunidade semelhante ao da Purga, as regras ordinárias da vida social e cívica suspensas para ele, capaz de usar os aparatos do poder para adular **sitedeaposta** vanidade, recompensar seus amigos e punir seus inimigos conforme lhe convier.

Essa é uma das decisões mais consequentes e assustadoras do Supremo Tribunal da nossa vida. Na véspera de uma eleição **sitedeaposta** que Trump pode bem ser restaurado ao poder presidencial, o tribunal oficialmente declarou que ele não pode ser responsabilizado por abusos de poder na corte criminal.

Na **sitedeaposta** holding, a maioria do tribunal fez uma distinção frágil entre a imunidade que estão concedendo aos presidentes para "poderes centrais" e "atos oficiais" - termos cujos significados precisos eles não definem - e a responsabilidade criminal que Trump e outros presidentes ainda têm por "atos não oficiais". Mas essas distinções provavelmente desabarão se algum promotor, seja Smith ou outro, tentar realmente usá-las. Isso se deve ao fato de que o escopo do cargo e seus poderes são tão amplos que seus "poderes centrais" são difíceis de distinguir de seus outros, e "atos oficiais" e "atos não oficiais" do presidente provavelmente se

mostrarão ambíguos.

O tribunal também declara, desnecessariamente, que a conduta realizada na perseguição de "poderes oficiais" não pode ser usada **sitedeaposta** processos de "atos não oficiais" - outra proteção para a conduta presidencial que dificultará processamentos futuros. O presidente, no entanto, ainda mantém o poder de perdão - o que significa que ele tem o direito não apenas de cometer crimes, mas de garantir impunidade a seus cúmplices.

Na prática, Trump - e qualquer presidente subsequente, se algum dia tivermos um - agora é incontestável para os controles legislativos ou a lei criminal. É um desenvolvimento que radicalmente alterou a natureza do cargo. O presidente agora é menos como um funcionário democrático responsável do que um pequeno imperador, dotado pelo tribunal de um direito abrangente para exercer o poder à vontade, muito como o direito divino costumava abençoar as ações dos reis. Não há quase nada que ele não seja autorizado a fazer.

Absurdamente, como se desprezasse o público americano e suas aspirações históricas à liberdade, o tribunal alega que este novo estado de coisas foi imposto pelos fundadores - os mesmos

Mostrar apenas eventos-chaves.

Ative JavaScript para usar esse recurso.

O ministro das Relações Exteriores da Irlanda, Micheál Martin satisfiz a conclusão do

Informações do documento:

Autor: symphonyinn.com

Assunto: sitedeaposta

Palavras-chave: **sitedeaposta - symphonyinn.com**

Data de lançamento de: 2024-08-07